

Sociedade dos Amigos do Museu de Francisco Tavares Proença J.^{or}

MATERIAES

n^o 5

**Castelo Branco
2021**

Título

Materiaes

Direção

Presidente do Conselho Diretor da SAMFTPJ
Hermann Scheufler

Coordenação científica

Maria Adelaide Neto S.F. Salvado

Propriedade e Edição

Sociedade dos Amigos do Museu de Francisco Tavares Proença Júnior
Largo Dr. Lopes Dias
6000-462 Castelo Branco

santap.jr@gmail.com

Separadores

Fotografias de Francisco Tavares Proença Júnior

Adaptação gráfica e paginação

Hermann Scheufler

Impressão

Graficamares Lda., Amares

Tiragem

150 exemplares

ISSN

1647-9637

Depósito legal

415815/16

Data

2021

TREBARUNA, DEUSA LUSITANA INTEMPORAL!

José d'Encarnação *

RESUMO

Mui singela intenção de enquadrar a imagem do postal autógrafo que veiculou o pedido de José María Blázquez Martínez ao Director do Museu de Tavares Proença Júnior de lhe facultar fotografia da ara a Trebaruna acabou por sugerir a realização de sumário *corpus* das epígrafes dedicadas a esta divindade. A reunião, comentada, de cada um desses textos, justifica a classificação de divindade indígena do panteão lusitano, mas que assume, pelas suas repercussões, um carácter intemporal!

Palavras-chave: *Trebaruna*, *Triborunnis*, divindades célticas, *civitas Igaeditanorum*, *Caurium*, *Augustobriga*.

ABSTRACT

We have found the postcard in what Prof. Blázquez Martínez solicits from the Museu of Castelo Branco's director the picture of a Roman inscription dedicated to Trebaruna. To better understand the question we give a commented *corpus* of the epigraphic monuments about this indigenous divinity, which relevance is distinguished.

Key-words: *Trebaruna*, *Triborunnis*, celtic deities, *civitas Igaeditanorum*, *Caurium*, *Augustobriga*.

* Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

1. Proémio

Quando, em 1968, sob a tutela de D. Fernando de Almeida, encetei a caminhada pelo panteão das divindades indígenas, estava muito longe de imaginar que, um dia, o númen de minha preferência, pelas excepcionais condições do achamento do seu altar, viesse a ser o mesmo que meu Mestre também especialmente acarinhara: *Trebaruna*. Aliás, não se estranhará, por isso, que a antologia de ensaios de História, Arqueologia e Património, publicada pela Câmara Municipal do Fundão, em 2003, para celebrar o centenário do nascimento de D. Fernando, ostente como título *De Trebaruna a Vitória*.

Mais: o teónimo *Triborunnis*, que identificava o númen na *villa* de Freiria, constituía uma variante mais para juntar às que D. Fernando de Almeida encontrara nas suas deambulações pela então Beira Baixa: *Trebaruna*, *Trebaronna* e *Trebarona*.

Antes de entrar no ponto fulcral do assunto desta nóttula, permita-se-me, a propósito dessas várias designações, o que poderia chamar-se um parêntesis à primeira vista estranho, uma história – e que o leitor me perdoe a ousadia.



Fig. 1 – Restaurante Nami.

Há perto de minha casa o restaurante de comida asiática Nami (Fig. 1). O proprietário previu parque de estacionamento; mas, como o espaço era, naturalmente, cobiçado, achou por bem encomendar placa identificativa, para o reservar. O resultado foi o que se vê:



Fig. 2

Perfeitamente compreensível nos dias de hoje, em que o nome Nani é corrente, mormente por identificar conhecido jogador e Nami, ao artífice a quem fora feita a encomenda não soava bem e, decerto, nem compreendeu bem o som.

E vem a história real demonstrar o que temos dito: que boa parte – senão a totalidade – das alterações ortográficas dos teónimos pré-romanos e, inclusive, dos nomes etimologicamente indígenas se deve a essa incompreensão da linguagem oral. Blanca Prósper usa mesmo, para o caracterizar, uma expressão deveras curiosa: «en virtud de la pronunciación *in allegro*» (2008, p. 155), ou seja, não pausadamente, de modo que o interlocutor nem se apercebe inteiramente do modo de escrever o que ouviu. Amiúde, dou – para os estrangeiros – o exemplo da diferença entre o português de Portugal e o do Brasil: o português diz «tolfná» e o brasileiro «têlêfóná», para a palavra ‘telefonar’...!

2. A provocação

O pretexto para esta mui singela retrospectiva da investigação desde há décadas levada a efeito sobre a divindade indígena *Trebaruna* adveio do facto de se haver encontrado o cartão que, a 19 de Julho de 1958, o Professor José María Blázquez Martínez remeteu ao director do Museu de Castelo Branco (Fig. 3), a solicitar a amabilidade de lhe fazer chegar uma fotografia «de la lápida existente en eso museu consagrada a Trebaronne». Aproveitou o investigador do Consejo Superior de Investigaciones Científicas para solicitar ao Director informação sobre a existência, no museu, de «alguma outra lápida consagrada a alguma divindade indígena» e, em caso afirmativo, que fizesse o favor de lhe comunicar, pois que, de momento, se não recordava se haveria ou não. O objectivo era incluir «esa importante lápida» no livro que estava a preparar sobre *Religiones Primitivas de España*. Tratava-se da sua tese de doutoramento, que viria a ser publicada em 1962 e onde, de facto, inclui o estudo desta divindade, nas páginas 136 e seguintes.

Sr. Director
 Museo. Castelo Branco.

M. S. T. Insignido Señor: Ruego e V.
 Aviesas lo amabilidad y gentileza de
 enviarme una fotografia de la lápida
 existente en el mundo consagrado a
 Trebarome. También le agradezco
 que si hay en el museo alguna otra
 lápida consagrada a alguno de
 los indios, tengo V. la bondad de
 incluírmelo, yo ahora de momento
 no recuerdo. Publico ahora en el
 Consejo Superior de Investigaciones
 un libro sobre Religiones primitivas

Fig. 3 – Carta do Professor José Maria Blázquez Martínez ao director do Museu de Castelo Branco.

Quis o Dr. Pedro Salvado que este documento não passasse despercebido.

«Nessa data», escreveu na mensagem de amável convite que me enviou, «o tenente-coronel António Elias Garcia (1885-1959) ainda assumia a gestão do Museu, apesar de já se encontrar doente. Numismata de referência, especialista peninsular das emissões visigodas, exigente colecionador e avaliador de referência, metódico estudioso – relembro os trabalhos publicados na *Revista de Guimarães* a convite do seu particular amigo Afonso do Paço – a epigrafia nunca lhe terá despertado um interesse particular. Já ao seu filho Luís Pinto Garcia somos devedores de alguns estudos pioneiros sobre monumentos epigráficos albicastrenses como o original epitáfio de um soldado britânico caído durante a 1ª Invasão Francesa ou a chamada lápide sepulcral biface onde a tampa da última morada do segundo bispo de Castelo Branco aproveitou o primitivo suporte armoriado de uma tal Dona Joana de Meneses. Ambos os estudos foram reeditados aquando da direção salvadiana do Museu e mereceram atenção no “Dicionário do Museu”, coordenado pela nossa saudosa amiga Dr^a Benedicta Duque Vieira».

Acrescenta Pedro Salvado que assim poderá contribuir-se «para uma futura história da Arqueologia e da História Regional do território que a cidade de Castelo Branco centra». «Com efeito», perorou, as *Religiones Primitivas* do Professor Blázquez Martínez ajudaram a difundir a realidade epigráfica datada do período romano da coleção do museu de Castelo Branco junto dos centros do saber académico».

E não se hesita em transcrever também a parte final dessa mensagem, na medida em que se apontam, desde logo, pistas acerca do monumento em questão:

«O monumento referido no cartão deve ser a toska ara dedicada a *Trebarone* por um tal *Voconus*, encontrada nos campos da freguesia da Lardosa, concelho de Castelo Branco, e de que Paiva Pessoa, o segundo diretor do Museu albicastrense e colaborador leal durante o consulado do tenente-coronel Elias Garcia, tratou de dar notícia, em 1934, nas páginas do *Arqueólogo Português*».

A provocação consistia, pois, em reevocar o que se sabe a propósito deste númen.

Assim, dar-se-á conta de cada um dos ex-votos, pela ordem cronológica em que foram conhecidos: uma ‘ficha’ em que se dirá do lugar de achado e de conservação, se fará breve descrição material, a leitura interpretada, a tradução, a menção das variantes de leitura e se acrescentará comentário sobre o que de mais significativo o texto menciona; por fim, a bibliografia do monumento! Nesta, privilegiar-se-á a que faz o estudo epigráfico, deixando de parte meras alusões sem novidade do ponto de vista da leitura, pois que se reservará para depois a apreciação dos comentários de índole histórica; assinalar-se-ão, no entanto, as inclusões subsequentes em *corpora* ou outros textos. Apresentar-se-ão, a terminar, as hipóteses de interpretação do teónimo sugestivas do que poderão ter sido os seus atributos principais.

Por conseguinte, nada de inovador se almeja, para além dessa intenção retrospectiva.

3. As epígrafes

Nos comentários aos monumentos epigráficos dedicados a esta divindade, surgem, habitualmente, as referências aos outros testemunhos conhecidos; por vezes, como em Prósper 2002, p. 47, são mesmo dados os respectivos textos. Pareceu útil, apesar disso, dar sucinta nota acerca de cada um desses nove documentos identificados até ao momento, pela ordem cronológica em que foram publicados, mesmo que, a princípio, se não haja compreendido por completo o teor da epígrafe como hoje a interpretamos. Tal aconteceu logo com o primeiro da série.

3.1 De Augustobriga – 1887

Publicado por Fidel Fita em 1887 e reproduzido em CIL II 5347, este fragmento granítico de 26 cm de altura e 23 de largura, com inscrição «litteris rudibus et satis vetustis», achado em Bohonal de Ibor, Talavera La Vieja (Cáceres) só mui recentemente foi interpretado como pertencendo a uma ara eventualmente dedicada a Trebaruna. Pertence à colecção particular dos herdeiros de Marcelino Santos Sánchez, em Talavera de la Reina.

Julio Esteban Ortega estudou-o no *corpus* sobre as inscrições de *Augustobriga*, sob o nº 1358 (p. 38-39):

TREBAR[VNE *vel* ONI?] / PINAR[E?]/A CLOV[TI] / A(*ram*)
P(*osuit*) [A(*nimo*) L(*ibens*)] [?]

Pinarea, filha de Clôucio, colocou a ara (de livre vontade) a Trebaruna (ou Trebaronis).

Esteban Ortega considera ser «más que probable que se trate, por tanto, de una dedicatoria a *Trebarune*, el más oriental de los nueve testimonios epigráficos documentados hasta la fecha de esta divinidad» (p. 39).

A dedicante identifica-se à maneira indígena e tanto *Pinarea* como *Cloutius* se documentam em território lusitano-galaico.

3.2 Do Fundão – 1895

O altar patente no Museu Nacional de Arqueologia (Inventário nº E 6168) foi oferecido pelo Dr. João Baptista de Castro, em Outubro de 1892, por sugestão de Leite de Vasconcelos, que dele apresentou estudo (1895), não sem referir (nota 1, p. 228), que já dera conhecimento do seu achamento² e que sobre ele publicara um opúsculo³.

De granito, «tem de altura 0,93 m e de largura no corpo 0,31 m (Fig. 4). Superiormente, tem um *foculus* de 0,22 m de diâmetro»⁴, estava no Fundão, em casa do doador, desconhecendo-se já então onde fora encontrado; contudo, dada a semelhança com outro monumento epigráfico do mesmo dedicante, que se identifica aqui como *Igaeditanus*, considerou Leite de Vasconcelos que ambas as epígrafes deverão ter sido recuperadas em Idanha-a-Velha. Essa opinião não é, todavia, perfilhada por D. Fernando de Almeida:

«O facto de Toncio se declarar igeditano é uma prova, a nosso ver, de a inscrição poder ser de qualquer parte, mas com menos probabilidade de Idanha-a-Velha, pois não fazia muito sentido que, sendo natural dali, na sua terra achasse necessidade de fazer tal afirmação, a não ser que houvesse outro com o mesmo nome e acrescentasse igeditano, para dele se distinguir.

Quando um indivíduo queria mostrar a sua naturalidade fora da terra que o vira nascer, então sim mandava acrescentar ao seu nome essa sua qualidade» (2003, p. 49).

² Jornal *Novidades* nº 2618, de 24 de Novembro de 1891. Órgão, de certo modo, da hierarquia católica, este jornal deu, na época, muita importância aos achados arqueológicos.

³ «(...) com o título *Trebaruna (deusa lusitana), ode heróica*, Barcelos, 1895, 18 p. in-8º – com prólogo, notas e glossário».

⁴ No catálogo das *Religiões da Lusitânia* (RIBEIRO 2002, p. 374, nº 21), dão-se como medidas: 92 x 48 x 39.

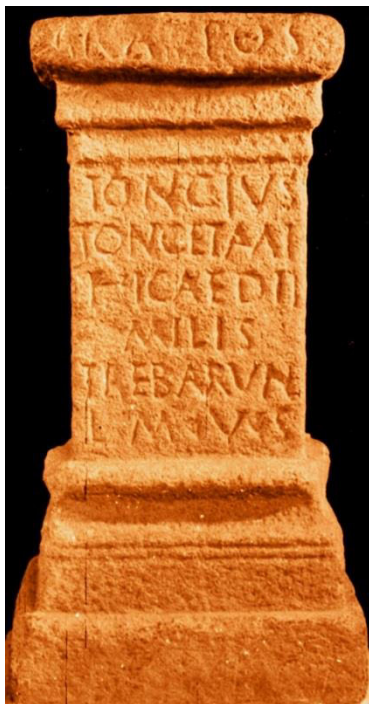


Fig. 4 - altar patente no Museu Nacional de Arqueologia.

Aproveite-se o ensejo para, com a devida vénia para com a memória do Mestre, sublinhar que esta opinião tem pleno cabimento em inscrições funerárias de cidadãos comuns; todavia, quando – como poderá ter sido o caso aqui – se tem orgulho em pertencer a determinado lugar, a naturalidade pode não se omitir. Isso acontece, de modo especial, nas inscrições honoríficas em que os dedicantes fazem questão em assinalar que o homenageado é dos seus; e o mesmo se torna passível de acontecer nas votivas. Acrescente-se que é hábito, nas listas de soldados, ser indicado o lugar de nascimento, e esta menção, no exemplo vertente, pode igualmente ser eco desse hábito.

Suscita, pois, esta epígrafe uma questão metodológica, na medida em que há quem (no referido catálogo) prefira indicar a proveniência ‘Fundão’ e quem opte por ‘Idanha-a-Velha’ (Leite de Vasconcelos). E a questão é a seguinte: ¿deve mencionar-se como local de proveniência de uma epígrafe (ou, de um modo geral, de um objecto arqueológico) o local do seu achamento ou o sítio donde há sérias probabilidades de ter sido o seu contexto arqueológico original? A resposta pode ser simples: para a história do monumento há que mencionar os dois; para a utilização do monumento como fonte histórica, privilegiar-se-á apenas a proveniência de que se tem forte garantia de ser.

Voltando à inscrição, a sua leitura é a seguinte:

ARA(m) [hedera?] POS(uit) [hedera] // TONCIVS /
 TONCETAMI / F(ilius) [hedera] ICAEDIT(anus) / ⁵ MILIS [sic] /
 TREBARVNE / L(ibens) [hedera] M(erito) [hedera] V(otum) [hedera]
 S(olvit)

Colocou a ara Tônio, filho de Toncetamo, soldado iceditano. A Trebaruna cumpriu o voto merecidamente, de livre vontade.

A leitura não oferece dúvidas, a não ser na existência de *hedera distinguens* na linha que está no friso do capitel e na l. 4. As da fórmula final estão claras, de modo que se afigura possível que o lapicida haja lançado mão sempre do mesmo tipo de separação. Aliás, a paginação segundo eixo de simetria está muito bem, tendo sido inteligente o recurso aos nexos AM (l. 3) e NE, na l. 6. A grafia *milis* por *miles* justifica-se pela eventual pouca clareza dos travessões na minuta apresentada.

O teónimo está, como é hábito, em dativo: de um nominativo *Trebaruna* seria *Trebarunae*; contudo, não é nada inusual *ae* vir grafado apenas pelo som que teria: *e*⁵.

⁵ Escreve Hübner, relacionando os sons *ae* e *e*: «dativus in e primae passim in Latinis» (CIL II p. 1182)».

O dedicante identifica-se à maneira indígena – nome único e patronímico – sendo perfeitamente lusitanos os antropónimos usados. Mostra orgulho em se declarar soldado e igeditano. Tanto a tipologia do monumento como o texto denotam conhecimento dos hábitos epigráficos romanos, pelo que se proporia uma datação da 2ª metade do século I d. C.

3.3 De Cória – 1928

O estudo mais recente desta ara é de Julio Esteban Ortega (2016, nº 1171, p. 38-39). Aí se faz também minucioso ponto da situação acerca do culto a Trebaruna e respectiva bibliografia.

De granito e «de fatura muy tosca» (Fig. 5), foi encontrada no termo de Cória, no «lugar denominado “Barrera del Cubo” al hacer el camino que va a la carretera de Casillas de Coria. Forma parte de los fondos del Museo de Cáceres desde 1928, nº de inventario 2628”.

Mede 53 x 20 x 19; a altura das letras oscila entre 3 e 4 cm.

CRISVS · / TALABVRI / F(*ilius*) · AEBOSOC[V]/CENSIS ·
T[R]⁵EBARONI / V(*otum*) · S(*olvit*) · L(*ibens*) · M(*erito*)

Crisso, filho de Talaburo, Ebosocucense, cumpriu merecidamente o voto a Trebaronis.

O granito dificultou a gravação e, ao esboroar-se com o tempo, danificou bastante o letreiro. Em todo o caso, *Talaburi* – e não *Talabari*, como é mais corrente – não oferece dúvida, apesar de documentado aqui pela primeira vez. Já o etnónimo acabou por ter leituras diversas da que Esteban apresenta e de que dá conta: *Aebosoc[um]*, *Aebosoc(um)Censsis*, *AebosocCensis*, *Aebosocelensis*, *Aebosoculensis*. Na verdade, se se afigura aceitável, no princípio da l. 3, o F de F(*ilius*), a última letra dessa linha mais se adivinha do que se vê, poderia ser E; CENSIS aceita-se sem grande dificuldade, com os SS deveras esguios e inclinados para diante. Relativamente ao teónimo, o traço vertical do fim da l. 4 pode ser o do T (de barra, porém, já imperceptível) e há espaço para o R que sumiu por completo; na l. 5, o B intui-se dos dois sulcos transversais levemente

ondulados; ARONI vê-se bem, estando o R mais sumido; em AE 1958 17, sugere-se T[R]EBARON[AE].



Fig. 5 – Inscrição no Museu de Cáceres.

Como sintetiza Julio Esteban o que se escreveu a respeito da *origo* do dedicante, «podría hacer referencia al pueblo de los *Aebisoci*, localizado al norte del *conventus Bracarenensis* y citado en la inscripción del llamado “Padrón de los Pueblos” que sufragaron la construcción del puente de Chaves» (p. 39).

O facto de ser plausível haver nesta inscrição a terminação do dativo em –i (como veremos que sucede em *Triborunni*) levou Julio

Esteban a esta reflexão que, por ser um tema que amiúde se tem abordado (Encarnação 2014, p. 133-144), vale a pena transcrever:

«La ambigüedad de género que manifiesta esta y otras divinidades indígenas puede relacionarse con la funcionalidad y los atributos que son invocados en cada dedicatoria» (p. 38).

A encabeçar a bibliografia desta epígrafe em EDCS-13500173, vem a referência “*AquaeFlaviae-1997, 00168a.*” Está, de facto, correcta: por mais estranho que pareça, no final da pág. 183, vem a inscrição transcrita sob o título «168 bis. – CIL, II, 782. *Oppidum Caurum?* (*Gallaecia?*): *Crissus*». Deve ter sido intromissão de última hora, porque nenhuma das palavras da inscrição vem mencionada nos índices respectivos; e, por outro lado, há distrações a corrigir:

a) CIL II 782, proveniente de *Caurium*, tem um texto completamente diferente.

b) Compreendem-se as interrogações ‘*Oppidum Caurum?* (*Gallaecia?*)’, porque estamos perante um texto de *Caurium*, bem na *Lusitania*.

c) A divindade venerada não é... *Trebarão!*

d) Acrescenta-se que se trata de «testemunho referido à *civitas* dos *Aebosoci*» – e só o dedicante é que tem a ver com esse *populus* e não o testemunho em si.

3.4 De Lardosa – 1931

Foi Manuel de Paiva Pessoa quem primeiro deu a conhecer esta epígrafe, em texto datado de 9 de Setembro de 1931, publicado n' *O Arqueólogo Português* (1934, p. 163-168). Vira-o, «há anos, na quinta de Alverca», situada em Lardosa, freguesia do concelho de Castelo Branco. A quinta era propriedade de Jacinto António Boavida dos Santos, que acabaria por lha oferecer e, em 1932, foi entregue por Paiva Pessoa ao Museu de Francisco Tavares Proença Júnior onde se guarda (Fig. 6).



Fig. 6

Interrogado «sobre a origem da ara», Boavida dos Santos «respondeu que há muito tempo a sua família a tinha à beira do tanque da quinta, [...] mas que era natural que tivesse sido achada na Lardosa, naquele mesmo local» (p. 164).

De granito escuro e de dimensões fora dos cânones habituais – 53 x 42 (33 no fuste) x 34 (31 no fuste) – apresenta na face superior um retângulo de 30 x 19 cm, que Pessoa sugere poder ter servido «para nele assentar qualquer estátua da deusa». Na face de trás, um semicírculo de 15 cm de profundidade e 24 de diâmetro (não em baixo-relevo, portanto). A fig. 2 de Pessoa sugere não estarmos, de facto, perante uma ara, mas, de preferência, um pequeno pedestal. O soco está mui grosseiramente afeição e há na metade superior da face lateral esquerda, moldura de duas gargantas reversas.

As letras têm 3 cm de altura e a única dificuldade de leitura reside no início das linhas 3 e 4, o que dificulta a identificação do dedicante. Uma proposta pode, por isso, ser a seguinte:

TREBARON/NE V(*otum*) S(*olvit*) / [VO?]CONVS /
[AR?]CONIS F(*ilius*)

A Trebarona – Vocono, filho de Arcão, cumpriu o voto.

Pessoa está ciente de que faltarão letras no início das citadas linhas 3 e 4, mas, apesar disso, traduziu «Oconus, filho de Oco». Anote-se que o conhecido epigrafista alemão Lothar Wickert teve ensejo de observar a epígrafe em mais do que uma ocasião, em casa de Paiva Pessoa, mas nada transparece de eventual opinião sua no texto de Pessoa. Em AE 1934, 20, segue-se Pessoa, mas com um lapso: OCVNVS / OCONIS · José Manuel. Garcia (1984, p. 73) optou por seguir a proposta de Lambrino (1958, p. 101), ainda que não se trate «de uma interpretação propriamente evidente»: *Voconus* [V]oconis, subpontuando – para sugerir incerteza – as duas primeiras letras de *Voconus* e o primeiro *o* de

Voconis. Em ILER 940, a leitura é *Voconus [V]oconis*. Em HEpOL 20 029, *[V]ocunus [Ar]conis*. Abascal (1994, p. 549), dá a entender que se baseia em AE 1934, 20 – onde se transcreve a versão de Pessoa – mas refere *[V]oconus [V]oconis*. No *Atlas*, preferiu-se *Voconus Voconis* (exemplo único) e, em EDCS-16000517, *Voconus [V]oconis*. Numa epígrafe de Cartagena, que Albertos (1965, p. 135) citara, porque se propusera *Voconus*, logo o editor de AE 1931, 8, corrige para *Vocon[i]us*, correção que se confirma em AE 1953, 16.

Não oferece dúvida a leitura do teónimo: *Trebaronne*, em que o dativo *-ae* se grafou, segundo a pronúncia, em *-e*, um fenómeno assaz frequente.

Quanto à identificação do dedicante, é possível que novas fotografias do monumento consigam discernir eventuais traços na fractura e alguma minudência que permita verificar de eventual nexu NI. Na verdade, em vez de se apostar num *hapax*, preferir-se-á ler *Voconius*, quer haja esse nexu quer se justifique a omissão por deficiente leitura da minuta por parte do lapicida. Era, de facto, estranho, por outro lado, pensar num indocumentado *Voco* justificativo do genitivo em *-onis*; aprova-se, por consequência, a sugestão de Vasco Mantas, quando fez a recensão do livro de José Manuel Garcia (*Conimbriga* 24, 1985, p. 228): *Arconis* tem mais razão de ser.

Identifica-se o dedicante à maneira indígena e, por esse motivo, há que lhe atribuir esse estatuto, tanto mais que *Arco* é nome único assaz frequente na onomástica lusitana, mormente em genitivo e na região da *civitas Igaeditanorum* (*Atlas*, p. 98-99, mapa 37). Já no que se refere a *Voconius*, será de ver aí a apropriação pelos indígenas de um antropónimo latino, pelo que não se justificará a sua análise nos livros que tratam da onomástica de etimologia pré-romana.

3.5 Cabeço das Fráguas – 1960

Insere-se a inscrição de Cabeço das Fráguas – freguesia de Pousafoles do Bispo, Pena Lobo e Lomba, do concelho do Sabugal – no conjunto das epígrafes rupestres do Ocidente peninsular que apontam no sentido de, no local, se terem feito – ou se fazerem habitualmente, sobretudo em consequência da transumância – sacrifícios em honra de várias divindades (Fig. 7). Escritas numa ‘língua’ que se situa no limiar do latim e que muito guarda ainda do vocabulário dos Lusitanos, têm sido, por isso mesmo, alvo de estudo dos mais conceituados especialistas em Linguística antiga e, também, em Epigrafia.

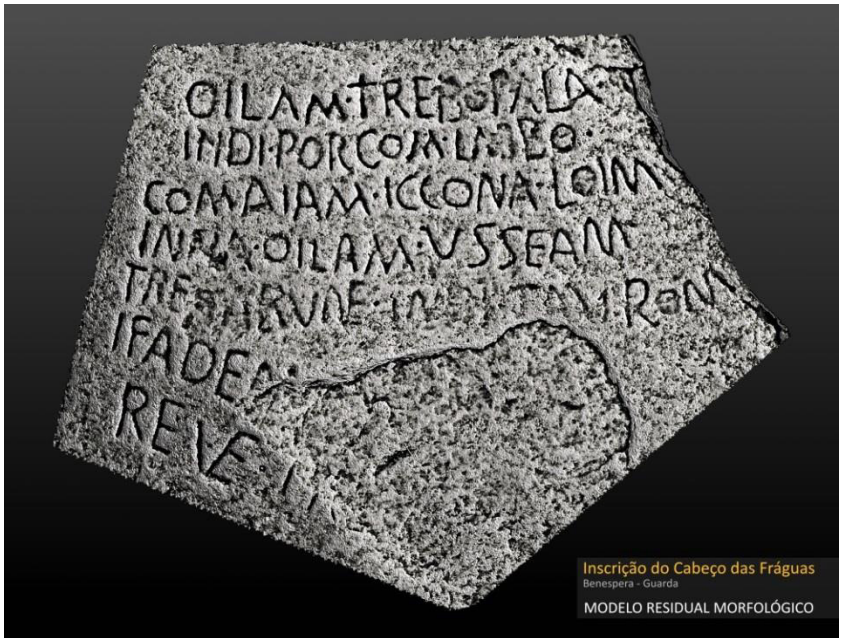


Fig. 7 - Hugo Pires - Modelo Residual Morfológico.

Foi Adriano Vasco Rodrigues o primeiro a dar conhecimento (1959-1960) da existência desta inscrição e Antonio Tovar (1966-1967) quem, por primeiro, a procurou decifrar, pondo-a em paralelo com as de Lamas de Moledo e Arroyo de Cáceres, já conhecidas desde há muito.

Entre as divindades mencionadas – *Trebopala*, *Laebus*, *Reva* – consta Trebaruna, à qual fora oferecida uma ovelha: *oilam usseam Trebarune* (Ribeiro, 2014, 102).

É, por enquanto, que saiba, este, de Cardim Ribeiro, o mais recente artigo dedicado a esta singular epígrafe, de que, na realidade, só um dado agora nos interessa: a integração de Trebaruna no seio de uma série de divindades a que ritualmente se prestava culto. Blanca María Prósper dedicou a esta inscrição as páginas 41 a 56 do seu livro sobre as línguas e religiões pré-romanas (2002).

3.6. De Capera – 1965

Guarda-se no saguão da casa da quinta Casablanca, «a uns 500 m a sul da antiga cidade romana» de *Capera*, um silhar granítico que estava a servir de pia nessa quinta e a que Blázquez Martínez fez, em 1965, a primeira referência; contudo, já em 1923, César Morán Bardón (p. 42-43, lám. 7, fig. 1) – estou a seguir a ficha 1014 de Julio Esteban (2013, p. 102-103) – dera conhecimento da epígrafe. Blázquez dirigiu três campanhas arqueológicas em *Capera* e aludiu à importância da inscrição logo no I volume do relatório (*Caparra* I, p. 59-60, pl. XVI, 2).

Confirma Esteban Ortega que o silhar, que deveria ter sido completado por um outro à direita, serviu de lintel, «dado que conserva o orifício para o gonzo», da porta «del *aediculum* tetrástilo dedicado a la diosa lusitana *Trebarune* localizado en la parte izquierda de la entrada del foro» da cidade. A inscrição está dentro de uma *tabula ansata*. A paginação obedeceu seguramente a eixo de simetria. Fig. 8.

Mede 52 x (153) x 47; as letras: l. 1 e 2: 10; l. 3: 9.

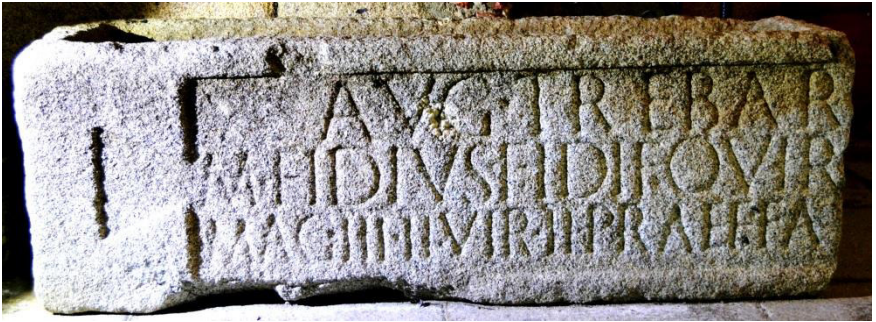


Fig. 8

AVG(ustae) · TREBAR[VNE] / M(arcus) · FIDIVS · FIDI · F(ilius) · QVIR(ina) · [MACER] / MAG(ister) · III (tertium) · IIVIR (duumvir) · II (bis) · PRAEF(ectus) · FA(brum)

A Augusta Trebaruna. Marco Fídio Mácer, filho de Fídio, da tribo Quirina, três vezes magistrado, duas vezes duúnviro, prefeito dos artifices.

As características monumentais da epígrafe e o facto de o dedicante ter assumido relevantes funções no município e, inclusive, ter mandado erguer estátuas a seus pais e esposa (n^{os} 1003 e 1004 do *corpus* de Esteban) determinaram que a epígrafe seja largamente referida, como se dá conta na página 103 de Esteban. Permita-se-me que apenas aluda aos comentários feitos por Robert Étienne e Françoise Mayet (1971, p. 386-387), no âmbito da recensão às publicações de Blázquez Martínez:

1 – Em vez de MAG(*istratus*) (proposta de Esteban), será preferível reconstituir MAG(*ister*), atendendo a que, como escrevem Étienne e Mayet, «a constituição do município Flávio de *Capera* [...] se deve ter processado a partir de um *pagus* dirigido por *magistri*, cujo mandato seria renovável». (Recordemos que, na *civitas Igaeditanorum*, a oferta de um *orarium* foi precisamente recebida por quatro *magistri*).

2 – «*M. Fidius Macer* terá sido contemporâneo da promoção jurídica de *Capera* e, verosimilmente, um dos seus primeiros *duumviri*. A carreira municipal deu-lhe acesso à carreira equestre, porquanto é *praefectus fabrum*».

3 – Embora se possa levantar a hipótese de *Macer* ter sido também flâmine, o certo é que «a erecção do arco, por determinação testamentária, demonstra bem o papel desempenhado, na sua pequena cidade natal, por este burguês, cidadão romano, bem como as permanências célticas, patentes no modo céltico da filiação e no culto à deusa indígena lusitana *Trebaruna*».

Anote-se, a propósito deste último ponto, que Étienne e Mayet consideram que a inscrição CIL II 834 (= *CILC* III 1003) é a dedicatória deste arco a *Bolosea*, que, «resultando de uma disposição testamentária, diz respeito a um ente querido precocemente desaparecido» (p. 389). Outra é a opinião veiculada por Esteban Ortega: «En esta inscripción lo vemos honrando a sus progenitores con el levantamiento de estatuas, de cuyo pedestal estos sillares formaban parte» (p. 91).

Teve Marta González Herrero oportunidade de analisar detidamente as epígrafes relacionadas com *M. Fidius Macer* e o seu contexto, mormente tendo em conta que o *praefectus fabrum* «promovió la construcción de un arco cuadriforme con estatuas adosadas a sus fachadas principales y de un templo o fuente en las proximidades de la plaza pública» (2002, p. 430). A sua conclusão merece destaques:

«La existencia de esta decoración escultórica sobre pedestales adosados a las fachadas principales del arco cuadriforme de *Capera* nos hace pensar que nos encontramos ante un verdadero mausoleo familiar construido para acoger las imágenes de los miembros de la familia de los *Fidii Macri*. Sin duda, con esta donación privada se pretendía dar publicidad a la familia y perpetuar su memoria ante la comunidad. El emplazamiento y la orientación del monumento evidencian su valor propagandístico, al encontrarse justo delante de la entrada central ao *forum* de *Capera*, sobre un tramo del Camino de la Plata que atravesaba la ciudad» (p. 431).

No que se prende à cronologia, Julio Esteban é de opinião que «o nosso personagem viveu por volta do ano 74 d. C., data em que se concretizou a mudança de estatuto da cidade».

Importante é, na verdade, o facto, raro e notável, de uma divindade indígena ser guindada a lugar cimeiro no foro de uma cidade, atribuindo-se-lhe o estatuto de *Augusta*. Como afirma Esteban, *Trebaruna* é a divindade local principal de *Capera* e esta dedicatória reafirma o apego de *M. Fidius Macer* «às velhas tradições religiosas, mas demonstra também a sua recém-adquirida cidadania romana, vinculando-a ao culto ao imperador, como forma de reconhecimento do poder de Roma». Estamos de acordo.

3.7 *Idanha-a-Nova – 1976*

Coube a João Ribeiro a oportunidade de publicar, em 1976, o primeiro estudo acerca da ara de granito cinzento encontrada na fazenda Vale Feitoso (freguesia de Penha Garcia, concelho de Idanha-a-Nova) e oferecida, em Março de 1975, pela Companhia Agrícola de Penha Garcia, a proprietária da fazenda, ao Museu de Francisco Tavares de Proença Júnior (Fig. 9). José Manuel Garcia (1984, nº 14) dá conta de uma outra versão acerca do local de achado, ainda que na mesma freguesia: o castro «Cabeço dos Tiros».

Dimensões: 98 x 58 x 42⁶.

⁶ Ribeiro, p. 137. Um aspecto que amiúde se observa é a diferença de medidas apresentadas pelos diversos autores, motivada amiúde por se ter diferente ângulo de observação; trata-se, por conseguinte, de um pormenor de somenos, a que não deve atribuir-se importância. No caso vertente, por exemplo, as dimensões dadas por Garcia são 100 x 57 x 42.

O facto de estar fracturada ao nível das linhas 4 e 5 dificulta a leitura; aliás, todo o texto se apresenta com uma estrutura inusual, a requerer novo e cuidado exame com recurso às novas técnicas de digitalização de imagens.

Se optarmos pela versão de Garcia, teremos:

TREBARON/NA PROTAE / TANCINI F(*iliae*) /
 [S]ACER[DOS] / D(*e*) S(*uo*) P(*osuit*) M(*onumentum*) G(*aius*) / ⁵
 FRON(*tonius*) CAMAL(*us*)

Na sua tradução:

«Gaio Frontonio Camalo mandou fazer à sua custa este monumento dedicado a Trebarona pela sacerdotisa Prota, filha de Tangino» (p. 71).



Fig. 9 – Inscrição (Foto Cardim Ribeiro).

Mantém essa versão em 1991 – onde corrigiu a distracção M(*onumento*) para M(*onumentum*) – mas nada comenta em relação ao invulgar interesse da epígrafe com as leituras propostas, uma vez que se encara a possibilidade de haver referência a uma *sacerdos*, o que não é comum. Não se assinalam dúvidas no que concerne à leitura do teónimo, que termina em A quando seria de esperar, pelo menos, o nexa AE; também os dois NN – um no final da l. 1 e outro no começo da 2 – não causam dificuldade, ainda que, em 1984, Garcia tenha preferido subpontuá-los, para dizer que não estavam completos na pedra. A identificação do dedicante merece, no entanto, reflexão, não tanto pela reconstituição do *cognomen*, pois *Camalus* surge amiúde na epigrafia desta zona ocidental da Hispânia com esses múltiplos nexos, sobretudo quando há falta de espaço, como aqui, mas pela invulgar abreviatura de FRON(*tonius*). Salta também à vista uma incongruência: *Protæ* (em genitivo ou dativo) não pode ter como aposto o nominativo *sacerdos*, como já Vasco Mantas assinalara (1985, p. 228). Ribeiro preferira *pro sal(utem) [T]ancinii [S]acer[dot(es)]?*. Mantas (*ibidem*) aventa a possibilidade de, na l. 5, se interpretar D(e) S(uo) P(osuit) MAG(ister) ou D(e) S(uo) P(er) MAG(istrum), propondo o nexa MA.

Referindo-se a este monumento, de «leitura difícil», o editor da ficha de AE 1977 381 tem por «improvável» a restituição *sacerdotes* e aponta a hipótese de se tratar de um *cognomen*: *Sacerdos*, [S]acer[dotis]. Ribeiro lera, na l. 5, *Frontom*; em AE sugere-se que poderia designar o autor do monumento.

José Cardim Ribeiro (2014, p. 128-129) irá propor uma interpretação diferente, que irá ser referida em AE 2014 584 e seguida em EDCS-09300975, interpretação «baseada num exame directo do monumento sob adequada luz rasante» – e são, de facto, de muito boa qualidade, as duas fotografias que se apresentam:

TREBARON(e/i) / M(arcus) PROTAE(idius) / DANCINI F(ilius)
/ SACERA S(olvit) L(ibens) / ⁵ D(e) S(uo) P(osuit) M(onumentum) /
G(aius) FRONT(onius) CAMAL(us)

Que traduz assim:

«A *Trebaron(es/-is)*, *M(arcus) Protae(idius)* filho de *Dancin(i)us* os ritos cumpriu de bom grado. Do seu dinheiro colocou este monumento *G(aius) Front(oni)us Camal(us)*».

Preconiza Cardim Ribeiro que não devem traduzir-se os nomes latinos; opção que se não perfilha, por não se ver dificuldade, *verbi gratia*, em escrever Gaio Frontónio Câmalo.

Explicita o autor exaustivamente as razões da opção da sua leitura, aduzindo testemunhos probatórios; considera, por exemplo, ter havido em *sacera* a epêntese do *e*; contudo, não parece ser contrário à «outra hipótese de interpretação, na sua base já antes aventada: SACER(*dos*) A(*nimo*) S(*olvit*) L(*ibens*) (*ibidem*, p. 129, nota 38). Acrescente-se que, na nota 39, Cardim Ribeiro aponta 7 alternativas «à interpretação da linha 6», a que correspondem outras tantas alternativas de tradução.

Sirva este pormenor para demonstrar quão eriçada de dúvidas é a interpretação desta epígrafe. Naturalmente, outros autores (referidos, aliás, por Cardim Ribeiro na p. 128), mormente os que se dedicam ao tema das divindades indígenas, se debruçaram sobre esta epígrafe. Dispensam-se, porém, essas referências, por o essencial já estar dito.

Em suma:

- a) O teónimo pode, na verdade, não ter a desinência final – como acontece na ara do Ervedal em que se lê *Fontan* e pode ser *Fontano* ou *Fontanae* (Encarnação 2010, p. 143) – e não ostentar os dois NN; todavia, TREBARON não oferece contestação.
- b) Parece possível haver aqui alusão, directa ou indirecta, a um ritual propiciatório com intervenção – ou não – de um ou vários sacerdotes.
- c) Acaba por ficar na incerteza qual o dedicante (ou os dedicantes) que, a expensas suas, ofertou (ou ofertaram) o altar epigrafado.

3.8 – Cascais – 1985

Ara de mármore róseo de extracção local, encontrada, a 27 de Agosto de 1985, no decurso da 1ª campanha de trabalhos arqueológicos na *villa* romana de Freiria (freguesia de S. Domingos de Rana, concelho de Cascais). Expõe-se no Museu da Vila, nos Paços do Concelho de Cascais. Fig. 10.

Mede 82 x 29/26 e 26,5/29 x 28/25.5/30.

TRIBORVNNI / T(itus) · CVRIATIVS · / RVFINVS · / L(ibens) ·
A(nimo) · D(edit)

A Triborunis. Tito Curiácio Rufino ofertou de bom grado.

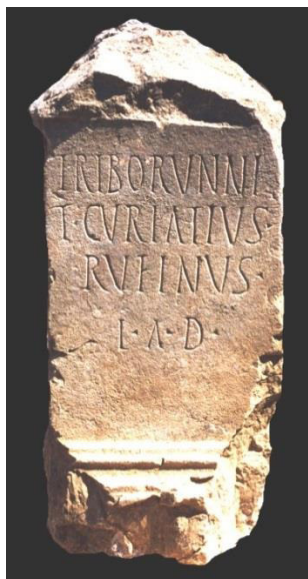


Fig. 10 – Inscrição no Museu da Vila nos Paços do Concelho de Cascais.

O dedicante identifica-se com os *tria nomina*; dado que omite a filiação e venera uma divindade indígena poderá ser um dos autóctones a que a *gens Curiatius* – aqui pela primeira vez registada na Hispânia – terá dado o estatuto de peregrino; pode, por outro lado, ser um dos descendentes dos colonos itálicos que se instalaram em *Olisipo*, sobretudo se tivermos em conta a frequência do cognome *Rufinus* na epigrafia olisiponense. Temos considerado que, ao querer ocupar as terras férteis de Freiria, terá feito esta prévia oferenda de propiciação à divindade indígena protectora do local.

«Pela paleografia, pelo modo de identificação do dedicante e pela simplicidade do texto, pensamos poder atribuí-lo à segunda metade do século I da nossa era» (Encarnação 1985).

3.9 – Cáceres – 2017

Está depositado no Museo Provincial de Cáceres o fragmento, de granito cinzento: o que resta do capitel e da parte superior do fuste de uma ara partida para eventual reutilização como material de construção, identificada em Cáceres. Apesar da dificuldade da gravação, as duas linhas subsistentes da epígrafe foram cuidadosamente gravadas, sentindo-se a prévia presença de linhas de pauta. Fig. 11.

[T]REBARVN[...]/ [D]ARDVA [...]/ [...]

Caracteres actuários, atribuíveis ao século II: **R** esguião; **E** de barra superior oblíqua para cima; **B** assimétrico; **A** largo, aparentemente sem travessão ou com ele muito ténue.

Na l. 1, a fractura levou o T inicial; as barras do E mal se distinguem; no final, afigura-se possível o nexu VN, na medida em que se observa leve traço paralelo à perna do R. Julio Esteban (2017, nº 4) põe a hipótese de, em vez do nexu, poder haver um sinal de pontuação seguido de A – de A(*ugustus/a*). Na reconstituição do teónimo, Esteban propõe [T]REBARVN[I].

Na 1.2, nada mais se vê além do que se anotou, parecendo ser consensual, dada a curvatura que resta, idêntica à do D seguinte, reconstituir D antes do primeiro A. No final, em vez de A, poderá ser M. Seria aliciante descobrir aí um epíteto da divindade, mormente porque também as letras existentes não sugerem, à primeira vista, um antropónimo.

Por conseguinte, ainda que incompleto, um testemunho a ter em atenção.

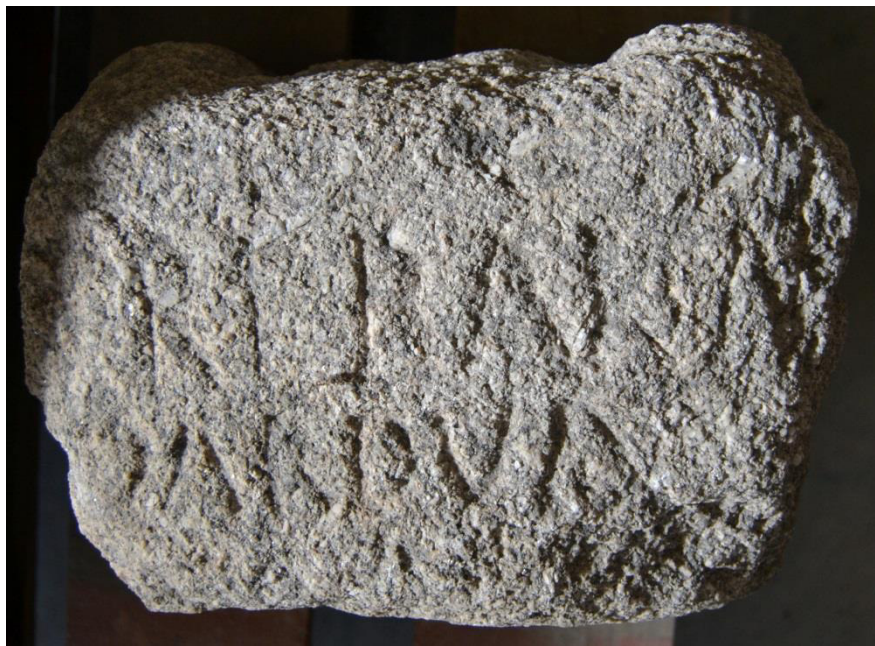


Fig. 11 – Inscição no Museo Provincial de Cáceres.

4. *Trebaruna, divindade*

Retomando o exemplo hodierno que se apresentou no começo desta nota, verificou-se que, de facto, nem sempre o teónimo foi grafado do mesmo modo, em dativo: *Trebarune*, *Trebaronne*, *Trebaroni*, *Trebarunni*, *Triborunni*.

4.1 *A análise etimológica*

Tais variantes fazem as delícias dos linguistas, porque – de acordo com o entendimento geral, mui difícil, aliás, de rebater – a tendência é a de atribuir a uma entidade (física ou espiritual) o que ela nos parece ser. E o nome comum passa a ser próprio. Era mui pantanoso o local? Pois chama-se-lhe Pantanal! A areia das dunas era levada pelo vento até à localidade próxima? Pois chama-se-lhe Areia! O menino nasceu já bronzeado, ao contrário da irmã que viera ao mundo branca de neve? Chama-se-lhe *Fuscus*! Justifica-se, pois, o recurso à análise etimológica para discernir, no caso das divindades, qual seria o seu primordial atributo.

Nessa ordem de ideias, haverá no teónimo em questão um radical – quiçá *Treb* ou *Trib* – a que se juntou um outro elemento, sufixo que seja ou mesmo outro nome específico. Este, o raciocínio que linguisticamente se tem seguido, desde os celtistas H. d’Arbois de Jubainville e Alfred Holder, logo interrogados por Leite de Vasconcelos (1905, p. 300) aos mais actualizados investigadores como Blanca María Prósper ou Francisco Villar, descendentes da escola que teve grande esplendor alcançou com Antonio Tovar, María Lourdes Albertos ou Jürgen Untermann.

Não é objectivo embrenhar-nos aqui nesses meandros, até porque nem sempre serão compreensíveis algumas afirmações como a que Blanca Prósper faz, a propósito de *Triborunnis*, no estudo monográfico que, em 1994, efectuou sobre o teónimo:

«El teónimo documentado como *Triborunni* en un ara votiva de Cascais, [...] de tener alguna relación com *Trebarune*, está corrupto como para ser de mucho valor, como demuestran el hecho de que ha

sufrido un cierre de todas las vocales y la latinización de su terminación de dativo» (p. 189).

Compreende-se, assim, que, na p. 187, não tenha incluído a ara de Cascais no rol dos testemunhos a esta divindade, o que, no entanto, já virá a acontecer em 2002 (p. 47).

Pode também servir de exemplo das considerações de ordem linguística que um teónimo como *Trebaruna* proporciona, a conclusão desse estudo monográfico. Escreve Blanca Prósper (desdobro as abreviaturas):

«En resumen, el nominativo del teónimo que aparece en dativo como *Trebarune* es *Treb-arunis*, donde el 2º término *arunis* sería una denominación paleo-europea de curso de agua que aparece posiblemente en el sistema hidronímico en español *Rones* y en el topónimo *Arones*, en francés *Aroenis fl.* y en topónimo portugués *Arões*. A su vez, **Arunis* debe descomponerse como una base característica de designación de acuíferos **ar-* y un sufijo nominal indoeuropeo **-w^or/*-un(t)-* con g. Ø generalizado **-un-*, a su vez constituido en tema en **-i* como es habitual en las denominaciones hidronímicas del estrato paleoeuropeo» (p. 195).

Em 2002, aduzindo termos de índole indo-europeia, terá Blanca María Prósper oportunidade de clarificar o resultado da sua investigação, concluindo, a dado passo (p. 48), que «**Treb-arunis* puede haber significado “arroyo del poblado”»; para, mais abaixo na mesma página, afirmar «la forma de dativo en lusitano sería probablemente ***urwenē*. TREBARVNE significaría entonces “al campo del poblado”»⁷.

⁷ Teve Blanca Prósper a gentileza de me comunicar a mais recente interpretação sua deste teónimo, em mensagem de 4 de Agosto de 2020: «**treb-ro-* ‘wise’ > possibly in the western DN (dat.) TREBARVNE, TREBARONE, attested in short votive texts and in Lusitanian (Cabeço das Fráguas) and in the PN TREBRIA (Samnium), OIr *trebar* ‘wise’, from **treb-* ‘settlement’» (2017, p. 29).

4.2 O altar de Avelelas

Sucedeu, porém, que a epígrafe encontrada a servir de pia de água benta na igreja da aldeia de Avelelas (freguesia de Águas Frias, concelho de Chaves) – HEpOL n.º 6939 – dada a conhecer numa notícia de jornal por Baptista Martins a 16 de Maio de 1980 e que Rodríguez Colmenero incluiu no seu livro sobre *Aquae Flaviae*, tanto na 1ª edição (1988, p. 334-335, n.º 7) como na 2ª (1997, sob o n.º 94), está dedicada por *Fuscinus Fusci f.* a uma divindade que poderá identificar-se como *Debaroni Muceaicaeco* (em dativo).

Já José Manuel Garcia (1991, p. 307, n.º 58) indicara que *-baroni* levava a pensar em *Trebaruna*, hipótese que rejeitou por duas razões: DII parece ler-se sem dúvida e, a ser *Trebaruna*, estava-se longe da sua área de culto.

As letras foram avivadas a tinta negra, o que suscitou este comentário do editor de AE 1987, 562g: «A inscrição foi regravada a tinta negra, o que não autoriza a identificação do teónimo que não é aceitável na versão aqui proposta». Ripostou Rodríguez Colmenero na 2ª edição do seu livro, porque, em seu entender, apesar de tudo, «as letras subjacentes são reconhecíveis ou interpretáveis» (p. 122).

E por que razão é chamada à colação, aqui, essa epígrafe? Porque Blanca Prósper sugeriu que «<DEB>- posiblemente no es más que una corrupción tardía de <TREB>-». O epíteto indicaria, em seu entender, o nome do povo e, por isso, «TREBARONI MVCEAICAECO seria o bien “el rio/campo del pueblo llamado *mukyaiko-“ o “el rio/campo del poblado llamado *muka- o muga-» (2002, p. 49).

Seria, conseqüentemente, mais um testemunho do culto a *Trebaruna*.

Não é convincente essa identificação:

– Primeiro, porque são plausíveis as objecções de José Manuel Garcia.

– Depois, porque na fotografia publicada por Rodríguez Colmenero (Fig. 12), mesmo salvaguardando o facto de ter havido a pintura, não parece impossível ler-se DEIBA: não será dedicatória *Deiba Bone*, «à Boa Deusa»? O vocábulo surge na ara fundacional de *Vissaeum* e que tem sido interpretado, sem objecções, como sendo forma pré-romana de *Deae* (Encarnação 2019, p. 93-94). ¿Aliás, HEpOL n° 28 728 não dá conta da ara achada em Proença-a-Nova dedicada *Deiba* («à Deusa») por *Caburia Caturonia*?

A ara de Avelelas nada tem, pois, a ver com o culto a *Trebaruna*.



Fig. 12 - Fotografia publicada por Rodríguez Colmenero.

4.3 *Prolegómenos para uma caracterização*

Dir-se-á estarmos perante um mundo científico apenas acessível aos especialistas, mormente devido ao significado concreto, fonético, das representações gráficas. Poderão, contudo, todas essas considerações afigurar-se relacionáveis com o que se escreveu, de forma singela, a propósito do teónimo *Triborunis*, depois de se haver chamado a atenção para um dado importante do contexto arqueológico em que a ara de Cascais fora encontrada, «a proximidade de abundante e perene manancial que dá origem a uma pequena ribeira»:

«Ora A. Tovar (1967, p. 256 n. 3) relaciona com o elemento «runa» (de Treba-runna) o hidrónimo *Aronna* (hoje, Aronde, afluente do Oise). A coincidência etimológica não deixa, por conseguinte, de ser aliciante. O vocábulo *triborunnis* podia ter sido formado a partir de um composto que significasse primitivamente «casa da água» – passando a ser *Triborunnis* a divindade protectora da nascente» (FE 59).

De resto, a propósito da ara de Cória, Julio Esteban apresenta uma tão boa síntese acerca do que os diferentes autores pensaram dos atributos de Trebaruna, que não se resiste a transcrevê-la:

«*Trebaroni* es una divinidad lusitana que en la documentación epigráfica aparece también, y siempre en dativo, como *Trebaronna*, *Trebaronne*, *Trebarune* y *Trebarunni*. Lambrino la identifica como la diosa protectora de los *Igaeditani*. Para Prósper y Villar es una diosa de origen indoeuropeo con un marcado carácter acuático. Villar la considera como una especie de ninfa que personifica los acuíferos locales identificados con un grupo humano concreto (charca, manancial, fuente o arroyo del pueblo) en contraposición a *Reve* que personifica el «río» como grande extensión de agua que atraviesa y beneficia a múltiples comunidades. Olivares, por su parte, cree que es una diosa soberana, pariedra de *Reve*, perteneciente al ámbito supralocal, puesto que no aparece con epítetos tópicos» (2016, p. 38).

Não se poderia resumir melhor!

5. *Uma divindade... intemporal?*

Duas questões há, ainda, a abordar: o carácter local do seu culto e o que poderemos designar a sua intemporalidade.

Quanto à primeira, a mera observação de um mapa em que se assinalassem os nove testemunhos até agora identificados ratificaria as afirmações de todos os investigadores: o culto de Trebaruna estende-se desde a *civitas Igaeditanorum* à região de Cáceres.

Descartou-se o altar de Avelelas; mas cumprirá justificar o aparecimento do culto à divindade no *ager Olisiponensis*, também ele alvo de ‘romanização’ logo nos primórdios do século I da nossa era, mas bem distante desse núcleo fundamental e indiscutível de veneração. A razão do relacionamento entre o núcleo citado e o *ager Olisiponensis* pode encontrar-se na conclusão a que chegou Scarlat Lambrino após ter estudado as inscrições do território de S. Miguel de Odrinhas (zona litoral do concelho de Sintra) assim como as de *Olisipo*:

«[...] Atestam a presença duma numerosa população céltica no território compreendido entre a foz do Tejo e a costa marítima. Romanizou-se bem a partir do momento em que César criou o município *Felicitas Iulia Olisipo*, mas mantém ainda muito vivas as suas velhas tradições célticas, que se revelam nas divindades a que não deixam de prestar culto. Esta população documenta, em plena época romana, a penetração céltica ao longo do vale do Tejo, que conhecemos pelos campos de urnas que se estendem desde Chaminé, perto de Elvas, passando por Alpiarça, no Ribatejo, até Alcácer do Sal, ao sul da foz do Tejo. Chegada a estas paragens no final do Hallstatt, ou seja, no século V, não desapareceu, como poderia crer-se. Manteve-se, ao invés, suficientemente compacta e vivaz, como o provam os monumentos examinados de Odrinhas e de *Olisipo*» (1952, p. 173).

Perdoar-se-á a longa transcrição, pela importância que representa. E ainda Lambrino não conhecia a ara a *Triborunis* e também se não dedicara a qualquer estudo demográfico da época sua contemporânea!... *Triborunis* fornecer-lhe-ia decerto mais um elemento para o seu raciocínio e, no âmbito da demografia, teria verificado que essa migração

da Beira Baixa para a Grande Lisboa não sofreu interrupção desde os Romanos até aos nossos dias.

Não será, porventura, justificação inteiramente convincente; mas pode contribuir, do ponto de vista histórico, para a compreensão de um fenómeno.

A segunda questão prende-se com a intemporalidade. E quer-se significar com isso que medeia largo tempo – quiçá não tanto do ponto de vista estritamente cronológico mas cultural (se assim nos é permitido exprimir) – entre o momento em que o *Igaeditanus Toncius* se alista no exército e aquele em que o *praefectus fabrum M. Fidius Macer* consagra um templo a *Augusta Trebaruna* no fórum de *Capera*. Passou menos de um século, sem dúvida; contudo, durante esse espaço de tempo, a divindade foi sendo honrada particularmente, o seu nome foi alterado de acordo com a pronúncia dos devotos e os conhecimentos dos lapicidas, mas... não foi esquecida! Rara terá sido a divindade indígena com a dita de tão alto ser alcandorada, equiparada às virtudes imperiais! E este constituirá um dos seus maiores galardões!

Atente-se, todavia, num pormenor deveras significativo, que poderá ter passado despercebido: é que a divindade não está identificada, como seria de esperar, como *Trebaruna Augusta* mas sim como... *Augusta Trebaruna!* Ora, mesmo que se compulse por alto o banco de dados EDCS, fácil é verificar a raridade dessa anteposição do adjectivo ao teónimo! São bem poucos os exemplos: *Augustae Veneri* (EDCS – 28500286 e 28500287); *Augustae M(i)nervae* (EDCS – 10502187)... E, de soslaio, verificou-se (pode ser uma pista para investigação...) a ocorrência em casos onde à divindade se aplica um epíteto local: *Aug(usto) Marti Britovio*, em Nîmes (EDCS – 09201550); *Aug(usto) Marti Mullon(i)*, em Craon, na *Lugdunensis* (EDCS – 10502153); *Aug(usto) Iovi Maleciabrudi*, em Roma (EDCS – 19600461).

Ênfase dado, conseguintemente, por *M. Fidius Macer* a esta nobre e benfazeja característica da ‘sua’ divindade, mesmo que se não haja apercebido do significado etimológico da palavra: ‘a que aumenta, a que zela pelo bem-estar do seu povo’ – como, de resto, teve a intenção sublinhar o primeiro imperador romano quando escolheu o termo *Augustus* para integrar o seu nome. Note-se que Étienne e Mayet (1971,

p. 387) até se perguntam se não se poderia pensar na menção de *flamen* após o *cognomen Macer*, porque – acrescenta-se agora – esse relevo dado à palavra *Augustae* não deixaria de estar em inteira consonância com um sacerdócio imperial.

Ocasão será, portanto, para retomar a conclusão apresentada por Leite de Vasconcelos: «A nossa deusa [...] seria, pelo menos originariamente, um *penate*, um *génio doméstico*, um espírito sobrenatural, a cujo cargo estaria o velar pela casa em que, segundo a crença, Trebaruna habitava» (1905, p. 301).

Ao mandar erguer templete em honra de *Augusta Trebaruna*, *M. Fidius Macer* não aspirava também a que a divindade protegesse a cidade e os seus habitantes? Quando, ao ingressar nas fileiras do exército, *Toncius* lhe faz uma oferenda não é para dela obter especial protecção? E o texto da ara de Vale Feitoso, quer mencione ou não intervenção sacerdotal, não dá conta do desejo de a divindade lhes ser propícia? Antes de ousar rasgar a terra de Freiria ou nela se instalar com a família, não foi intenção de *T. Curiatius Rufinus* obter as bênçãos do númen local? Assim parece ter sido.

O facto de *Toncius*, serviço militar cumprido, ter mandado gravar voto de reconhecimento a Vitória teve duas consequências do ponto de vista da investigação.

A primeira pugnou pela identificação dos atributos de ambas as divindades (Vasconcelos 1905, p. 301) – ideia já postergada, por não haver razão plausível para tal. Parece normal que, anos passados em serviço (chegou a *signifer* da II coorte dos Lusitanos!), a sua devoção o levasse para a divindade de que mais ouvira falar.

A segunda insere-se na religião praticada pelos soldados romanos: todos os autores que se debruçam sobre este tema atribuem às duas epígrafes, consideradas no seu conjunto, um papel relevante (cf., a título de exemplo, Moreno Pablos 2001 ou López Casado 2016). Manuela Alves-Dias e Catarina Gaspar (2013) vão mesmo mais longe: a atitude de *Toncius* mostra bem, no entender das investigadoras, como as opções religiosas dos indivíduos contribuem para a construção das comunidades; consideram, aliás, este caso como exemplo de «two political-religious choices».

6. Conclusão

Mui singela intenção de enquadrar a imagem do postal autógrafa que veiculou o pedido de José María Blázquez Martínez ao Director do Museu de Tavares Proença Júnior de lhe facultar fotografia da ara a Trebaruna acabou por sugerir a realização de sumário *corpus* das epígrafes dedicadas a esta divindade.

Havia, aqui e além, esse rol, sempre incompleto, porém, uma vez que novos monumentos se iam identificando. Cumpria, quiçá, não fazer um estudo epigráfico de cada, pois os monumentos já haviam sido inseridos em *corpora* diversos, mas projectar sobre cada epígrafe o foco que lhe realçasse a relevância no conjunto. Isso se procurou fazer, com algumas surpresas de análise pelo meio.

Disse-se dos dedicantes, embora, por exemplo, a monumental dedicatória a *Augusta Trebaruna* haja merecido as maiores atenções quer no que respeita ao dedicante (González Herrero 2002) quer, de modo especial, ao envolvimento do *praefectus fabrum* na monumentalização do fórum de *Caurium* (Cerrillo 2006).

Não se ousou entrar pelas questões linguísticas que o teónimo nas suas variantes provocou. Das conclusões possíveis – e sempre provisórias neste domínio – se deu conta, no entanto, apontando-se que, afinal, Trebaruna, muito embora susceptível de ter envergado diversas roupagens, se venerou sempre como poderoso númen protector.

Cascais, 6 de Agosto de 2020

BIBLIOGRAFIA

- AE = *L'Année Épigraphique*. Paris. Indica-se o ano e o nº da inscrição.
- ABASCAL PALAZÓN (Juan Manuel), *Los Nombres Personales en las Inscripciones Latinas de Hispania*, Múrcia, 1994
- ALBERTOS (M. Lourdes), «Nuevos antropónimos hispánicos», *Emerita* 33 1965 109-143.
- ALMEIDA (D. Fernando de), *De Trebaruna a Vitória* (Ensaio de História, Arqueologia e Património), Câmara Municipal do Fundão, 2003. [nas p. 45-51: «Trebaruna deusa lusitana»].
- ALVES-DIAS (M. Manuela) e GASPAR (Catarina), «Celtic theonyms as an individual option in Portuguese Lusitania», in SPICKERMANN, W. e SCHEUERMANN [edit.], *Keltisch Götternamen als individuelle Option?* Rahden: Verlag Marie Leidorf GmbH, 2013, p. 157-163.
- Atlas = NAVARRO CABALLERO, M. e RAMÍREZ SÁDABA, J. L. [coord.] (2003), *Atlas Antroponímico de la Lusitania Romana*, Mérida-Bordéus, 2003.
- BLÁZQUEZ MARTÍNEZ (José María), *Cápara*. Excavaciones arqueológicas en España 34. Madrid, 1965.
- BLÁZQUEZ MARTÍNEZ (José María), *Religiones Primitivas de Hispania, vol. I – Fuentes Literarias y Epigráficas*, Roma, 1962.
- CERRILLO (Enrique), «La monumentalización del foro de Cáparra a través de la epigrafía», in VAQUERIZO (Desiderio) y MURILLO (J. F.) [eds.], *El concepto de lo provincial en el mundo antiguo. Homenaje a la profesora Pilar León Alonso*, vol. 2, Córdoba, 2006, p. 13-30.
- CIL II = HÜBNER, Emilio – *Corpus Inscriptionum Latinarum – II*. Berlim: Academia das Ciências de Berlim. 1869 e 1892.
- EDCS = Epigraphik Daten-bank Claus / Slaby: <http://www.manfredclauss.de/gb/>
- ENCARNAÇÃO (José d'), «Ara votiva a Triborunnis», *Ficheiro Epigráfico* 14 1985 nº 59.
- ENCARNAÇÃO (José d'), «O bilinguismo epigráfico, manifestação político-cultural» in GONZÁLEZ-RODRÍGUEZ (M^a Cruz) et alii, *A Verbis ad Scripta (Studia epigraphica et historica. Homenaje a Juan Santos Yanguas*, Vitoria-Gasteiz, 2019, p. 79-95. <http://hdl.handle.net/10316/87661>
- ESTEBAN ORTEGA (Julio), *Corpus de Inscripciones Latinas de Cáceres. III. Capera [= CILC III]*. Universidad de Extremadura, Cáceres, 2013.
- ESTEBAN ORTEGA (Julio), *Corpus de Inscripciones Latinas de Cáceres. IV. Caurium*, Universidad de Extremadura, Cáceres, 2016.

- ESTEBAN ORTEGA (Julio), *Corpus de Inscripciones Latinas de Cáceres. V. Augustobriga*. Universidad de Extremadura, Cáceres, 2019.
- ESTEBAN ORTEGA (Julio), «Inscripciones romanas inéditas del Museo de Cáceres», in GONZÁLEZ BORNAY (José Miguel) [coord.], *Arqueología urbana en Cáceres II. Investigaciones e intervenciones recientes en la ciudad de Cáceres y su entorno* Cáceres: Museo Provincial, 2017, p. 229-236, nº 4.
- ÉTIENNE (Robert) e MAYET (Françoise), «Du nouveau sur Capera-Capara», *Revue des Études Anciennes*, LXXIII (3-4) 1971 p. 382-390.
- GARCIA (José Manuel), *Epigrafia Lusitano-Romana do Museu Tavares Proença Júnior*. Castelo Branco, 1984. (Cf. recensão, de Vasco Gil Mantas, in *Conimbriga* 241 985 224-229).
- GARCIA (José Manuel), *Religiões Antigas de Portugal. Aditamentos e observações as “Religiões da Lusitânia” de J. Leite de Vasconcelos. Fontes epigráficas*, Lisboa, 1991 (= RAP).
- GONZÁLEZ HERRERO (Marta), «M. Fidius Fidi f. Quir(ina) Macer, benefactor en Capera», *Gerión* 20/1, 2002 417-433.
- HEp = *Hispania Epigraphica*. Universidade Complutense de Madrid.
- HEpOL = versão on line de *Hispania Epigraphica*: <http://eda-bea.es/>
- ILER = VIVES (José), *Inscripciones Latinas de la España Romana*. Barcelona, 1971 e 1972.
- LAMBRINO (Scarlat), «Les inscriptions de S. Miguel d'Odrinhas», *Bulletin des Études Portugaises et de l'Institut Français au Portugal*. 16, 1952, p. 134-176. [Desse artigo se fez separata, com numeração de páginas autónoma, Coimbra Editora, Lda. 1953].
- LAMBRINO (Scarlat), «La déesse celtique **Trebaruna**», *Bulletin des Études Portugaises et de l'Institut Français au Portugal* 20, 1957, p. 87-109.
- LÓPEZ CASADO (Roberto), «La pervivencia de la religiosidad indígena en los soldados del *exercitus hispanicus* a través de la epigrafía», *Hispania Antiqua*, 40, 2016, 191-212.
- MORÁN BARDÓN (César), *Alredores de Salamanca*, Salamanca, 1923.
- MORENO PABLOS (María José), *La Religión del Ejército Romano: Hispania en los siglos I-III*. Madrid: Signifer Libros, 2001.
- PESSOA (Manuel de Paiva), «Ara inédita de Trebaruna», *O Arqueólogo Português*, 29, 1930-1931, 163-168.
- PRÓSPER (Blanca), «El teónimo paleohispano Trebarune», *Veleia* 11 1994 187-196.
- PRÓSPER (Blanca María), *Lenguas y Religiones Prerromanas del Occidente de la Península Ibérica*, Salamanca, Ediciones Universidad 2002.

PRÓSPER (Blanca María), «Los nombres ‘itálicos’ de los astures meridionales», *Conimbriga* 47 2008 145-169.

PRÓSPER (Blanca María), «Two divinities of the celtic Cantabri...», in HAEUSSLER (Ralph) & KING (Anthony) [edit.], *Celtic Religions in the Roman Period – Personal, Local, and Global*, Aberystwyth, 2017, p. 13-33.

RIBEIRO (João), «Duas inscrições inéditas do Museu de Castelo Branco», *Conimbriga* XV 1976 135-138.

RIBEIRO (José Cardim) [coord.], *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 2002.

RIBEIRO (José Cardim), «“Damos-te esta ovelha, ó *Trebopala*”! A invocatio lusitana de Cabeço das Fráguas», *Conimbriga* 53 2014 99-144.

RODRIGUES (Adriano Vasco), «Inscrição tipo «*Porcom*» e aras anepígrafes do Cabeço dos Fráguas (Guarda)», *Humanitas – 11-12 (1959-1960)* 71-75

RODRÍGUEZ COLMENERO (Antonio), *Aquae Flaviae. I: Fontes epigráficas*, Chaves, ¹1987 ²1997 [com novo subtítulo: *I. Fontes epigráficas da Gallaecia meridional interior*].

TOVAR (Antonio), «L’inscription du Cabeço das Fráguas et la langue des Lusitaniens», *Revue des Etudes Celtiques* XI 1966-1967 237-268.

VASCONCELOS, (José Leite de), «Cultos luso-romanos em Igeditania. Duas inscrições inéditas», *O Arqueólogo Português* I 1895 225-232.

VASCONCELOS (José Leite de), *Religiões da Lusitânia*, II, Lisboa, 1905.

VIEIRA, Benedicta Duque [coord.], *Elementos para um Dicionário do Museu Francisco Tavares Proença Júnior. 100 Anos de História Cultural*, Castelo Branco, 2019.